



UniRV – UNIVERSIDADE DE RIO VERDE EDITAL Nº.
01/2017

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE
PROFESSOR ADJUNTO NÍVEL 1 DA UNIRV –
UNIVERSIDADE DE RIO VERDE
RESPOSTAS ESPERADAS – PROVA DISCURSIVA

FACULDADE/ÁREA DE ATUAÇÃO:

DIREITO/DIREITO CONSTITUCIONAL – RIO VERDE

PRIMEIRO TEMA SORTEADO: DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- 1- Noções sobre a função administrativa na estrutura do Estado Moderno.
- 2- Acepção material e formal da Administração Pública.
- 3- Atividades da Administração Pública.
- 4- Princípios caracterizadores do “regime jurídico administrativo”.
- 5- Princípios administrativos implícitos e explícitos (legalidade, impessoalidade, moralidade e probidade, publicidade, eficiência, razoabilidade e proporcionalidade).
- 6- Normas constitucionais sobre a organização da administração pública: princípio da organização legal do serviço público.
- 7- Normas constitucionais sobre ingresso no serviço público (aspectos gerais e tratamento dado pela Súmula Vinculante n. 13).
- 8- Normas constitucionais sobre o regime jurídico dos agentes públicos.
- 9- Obrigatoriedade de licitar.
- 10- Responsabilidade civil da Administração Pública: responsabilidade objetiva do Estado; responsabilidade subjetiva do Agente. Teorias.

João Porto Sifreiros Júnior
Jean Veríssimo



UniRV – UNIVERSIDADE DE RIO VERDE EDITAL N.º.
01/2017

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE
PROFESSOR ADJUNTO NÍVEL 1 DA UNIRV –
UNIVERSIDADE DE RIO VERDE
RESPOSTAS ESPERADAS – PROVA DISCURSIVA

FACULDADE/ÁREA DE ATUAÇÃO:

DIREITO/DIREITO CONSTITUCIONAL – RIO VERDE

SEGUNDO TEMA SORTEADO: CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

1. Noções históricas sobre o controle de constitucionalidade (Marbury x Madison).
2. A ideia de unidade do sistema jurídico e de supremacia da Constituição.
3. Plano de existência, validade e eficácia das normas.
4. Nulidade da norma inconstitucional.
5. Constitucionalidade e inconstitucionalidade.
6. Das inconstitucionalidades: formal, material, originária, superveniente, por ação, por omissão.
7. Dos modelos de controle de constitucionalidade no Brasil (político e jurisdicional, preventivo e repressivo, federal e estadual).
8. Do controle jurisdicional repressivo difuso por via de exceção ou defesa.
9. Do controle jurisdicional repressivo concentrado por via direta - aspectos gerais e menção das seguintes ações: Ação Direta de Inconstitucionalidade (genérica, por omissão e interventiva); Ação Declaratória de Constitucionalidade; Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.
10. Aspectos específicos da atuação da Corte Constitucional brasileira (atenuação à teoria da inconstitucionalidade como nulidade), protagonismo e ativismo judicial.

João Porto Sifúncio Júnior Sebastião Augusto de Carvalho
Jean Veríssimo.